



REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DA ASSESPRO PE

ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - REGIONAL PERNAMBUCO - ASSESPRO PE

OBJETIVO

O Objetivo deste instrumento é Regular as contratações, compras, obras, serviços e alienações, para a utilização dos recursos próprios da ASSESPRO PE e dos recursos públicos conforme exigido nas Legislações Federal, Estaduais e Municipais, referentes às organizações do terceiro setor, inclusive nos seus decretos regulamentadores.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º As contratações de obras, serviços, compras e alienações da ASSESPRO PE - Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - Regional Pernambuco, inscrita no CNPJ nº 11.546.934/0001-40, serão necessariamente precedidas de licitação obedecidas às disposições deste Regulamento.

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC
Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação



Art. 2º A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a ASSESPRO PE e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da aplicabilidade, da eficiência, do julgamento objetivo, na celeridade nos processos de aquisição de bens e serviços e nos que lhe são correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.

Art. 3º A licitação não será sigilosa, sendo acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os fins deste Regulamento considera-se:

I - OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA - toda construção, reforma, recuperação, ampliação e demais atividades que envolvam as atribuições privativas dos profissionais das áreas de engenharia e arquitetura;

II - DEMAIS SERVIÇOS - aqueles não compreendidos no inciso I deste artigo;

III - COMPRA - toda aquisição remunerada de bem, para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR





IV - COMISSÃO DE LICITAÇÃO - colegiado, permanente ou especial, composto de pelo menos 03 (três) integrantes, formalmente designados, com a função, dentre outras, de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, o presidente da comissão de licitação também tem a função de pregoeiro;

V - HOMOLOGAÇÃO - o ato pelo qual a autoridade competente, após verificar a regularidade dos atos praticados pela comissão, ratifica o resultado da licitação;

VI - ADJUDICAÇÃO - o ato pelo qual a autoridade competente atribui ao interessado o direito de executar o objeto a ser contratado;

VII - REGISTRO DE PREÇO – procedimento, precedido de concorrência ou de pregão, adotado para cadastrar o menor preço obtido para determinado bem ou serviços definidos no inciso II deste artigo, no prazo e condições estabelecidos no respectivo instrumento convocatório, viabilizando a possibilidade de sua aquisição direta na medida das necessidades, sem que esse registro importe em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado.

VIII - PROCESSO DE AQUISIÇÃO: O processo de aquisição, em função de seu valor estimado e de suas peculiaridades, deverá ser executado pela área de Administração e Finanças, salvo aqueles que tenham sido formalmente delegados pelo Diretor Executivo;

IX - AUTORIZAÇÃO: As solicitações de aquisições devem ser autorizadas pelos responsáveis dos núcleos ou departamentos para os projetos de sua área ou conforme delegação específica, com a especificação do objeto da compra, a origem dos recursos e o projeto/ação a que se destina.

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação



X - DESCRIÇÃO: Pode ser em papel, meio eletrônico ou meio magnético. Deve conter de modo claro e sucinto o seu objeto, centro de custo e projeto, ou indicação da origem dos recursos para fazer face ao dispêndio;

XI - DOCUMENTAÇÃO: o processo de aquisição é formado pelos documentos de todas as fases do processo, desde a solicitação, proposta, julgamento, adjudicação, até a entrega, aceitação e pagamento;

XII - CONTRATAÇÃO: é a formalização do processo de aquisição, mediante correspondência (carta, e-mail ou fax) para os casos mais simples, e contrato para os casos de maior valor (Convite, quando for o caso, Coleta de Preços) e os de prestação continuada;

XIII - ACEITAÇÃO: é o ato formal no qual o solicitante ou o responsável designado atesta que o bem/material/serviço/software/obra foi recebido e satisfaz às especificações solicitadas;

XIV - MULTA: é a aplicação de penalidade quando prevista no processo de aquisição e/ou contratação, por descumprimento de exigência contratual;

XV - PAGAMENTO: é o ato de liquidação da aquisição, depois de vencidas as etapas previstas no processo, inclusive a aceitação;

CAPÍTULO III

DAS MODALIDADES, LIMITES E TIPOS

Art. 5º São modalidades de licitação:

☎ 55-(81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR





I - CONCORRÊNCIA - modalidade de licitação na qual será admitida a participação de qualquer interessado que, na fase inicial de habilitação, comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no instrumento convocatório para a execução de seu objeto;

II - CONVITE - modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, escolhidos e convidados em número mínimo de 03 (três), com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, cujo instrumento convocatório será afixado em local apropriado, com a finalidade de possibilitar a participação de outros interessados;

III - CONCURSO - modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores;

IV - LEILÃO - modalidade de licitação entre quaisquer interessados, para a venda de bens, a quem oferecer maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação;

V - PREGÃO - modalidade de licitação entre quaisquer interessados para aquisição de bens e serviços, qualquer que seja o valor estimado da contratação realizado em sessão pública, podendo ser presencial, com propostas impressas e lances verbais, ou no ambiente Internet, com propostas e lances eletrônicos, vedada a sua utilização para contratação de obras e serviços de engenharia.

VI - COMPRA OU CONTRATAÇÃO DIRIGIDA - modalidade de licitação, apenas entre associados como resultado de Chamadas de Projetos, Prestação de Serviços ou Comercialização de Produtos pela própria ASSESPRO PE sem limite de valor, efetuada diretamente, bem como, por razões técnicas, econômicas, emergenciais, ou restrições de mercado, desde que justificadas.

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação



VII – COTAÇÃO DE PREÇOS - modalidade de licitação entre quaisquer interessados para aquisição de bens e serviços, qualquer que seja o valor estimado da contratação, com propostas verbais ou impressas, conforme regras detalhadas no capítulo X deste regulamento.

§ 1º As modalidades de que tratam os incisos I, III, IV e V, sem prejuízo de poderem ser divulgados pela Internet, terão os avisos contendo os resumos dos instrumentos convocatórios e a indicação do local onde os interessados poderão obter os textos integrais publicados em jornal diário de grande circulação local e/ou nacional ou na imprensa oficial da União e no site da ASSESPRO PE, de modo a ampliar a área de competição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para as modalidades previstas nos incisos I, III e IV e de oito (oito) dias para a modalidade prevista no inciso V, ficando a critério da ASSESPRO PE estender estes prazos quando a complexidade do objeto assim o exigir.

§ 2º A validade da licitação não ficará comprometida nos seguintes casos:

I - na modalidade convite:

- a) pela não apresentação de no mínimo 03 (três) propostas;
- b) pela impossibilidade de convidar o número mínimo previsto para a modalidade em face da inexistência de possíveis interessados na praça.

II - na modalidade pregão, se inviabilizada a fase de lances, em razão da apresentação e/ou classificação de apenas uma proposta.

§ 3º As hipóteses dos incisos I e II do parágrafo anterior, deverão, para ter validade, ser justificadas pela comissão de licitação, inclusive quanto ao preço, e ser ratificadas pela autoridade competente.

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

📍 Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR





§ 4º A Hipótese do inciso VI do parágrafo anterior visa qualificar a ASSESPRO PE através das expertises dos seus associados, descaracterizando qualquer terceirização dos contratos assumidos nas suas atividades meio, justificando a sua limitação apenas aos associados que formam a ASSESPRO PE.

Art. 6º São limites para as dispensas e para as modalidades de licitação:

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) **DISPENSA** - até R\$ 80.000,00
- b) **CONVITE** - até R\$ 800.000,00
- c) **CONCORRÊNCIA** - acima de R\$ 800.000,00

II - para compras e demais serviços:

- a) **DISPENSA** - até R\$ 40.000,00
- b) **CONVITE** - até R\$ 400.000,00
- c) **CONCORRÊNCIA** - acima de R\$ 400.000,00

III - para as alienações de bens, sempre precedidas de avaliação:

- a) **DISPENSA** - até R\$ 20.000,00
- b) **LEILÃO OU CONCORRÊNCIA**, dispensável nesta a fase de habilitação - acima de R\$ 20.000,00

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC
Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação



Art. 7º O parcelamento de obras, serviços e compras não ensejará a dispensa de licitação por valor, exceto quando o somatório das parcelas, não ultrapassar o limite estabelecido nos incisos I, alínea "a", e II, alínea "a" do artigo 6º, nem descaracterizará a modalidade de licitação pertinente.

Art. 8º Constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

I - a de menor preço;

II - a de técnica e preço;

III - a de maior lance ou oferta, nas hipóteses do inciso III, alínea "b" do art.6º.

§ 1º O tipo de licitação técnica e preço será utilizado preferencialmente para contratações que envolvam natureza intelectual ou nas quais o fator preço não seja exclusivamente relevante, e, neste caso, desde que justificado tecnicamente.

§ 2º Nas licitações de técnica e preço a classificação dos proponentes será feita de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos estabelecidos no instrumento convocatório, que serão objetivos.

§ 3º Nas licitações na modalidade Pregão só será admitido o tipo menor preço.

CAPÍTULO IV

DOS CASOS DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 9º A licitação poderá ser dispensada:

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



I - nas contratações até os valores previstos nos incisos I, alínea "a" e II, alínea "a" do art. 6º;

II - nas alienações de bens até o valor previsto no inciso III, alínea "a" do art. 6º;

III - quando não acudirem interessados à licitação, e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a ASSESPRO PE, mantidas, neste caso, as condições pré-estabelecidas;

IV - nos casos de calamidade pública ou grave perturbação da ordem pública;

V - nos casos de emergência, quando caracterizada a necessidade de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;

VI - na aquisição, locação ou arrendamento de imóveis, sempre precedida de avaliação;

VII - na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, com base no preço do dia;

VIII - na contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos;

IX - na contratação, com Serviços Sociais Autônomos e com órgãos e entidades integrantes da Administração Pública;

X - na aquisição de componentes ou peças necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia;

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



XI - nos casos de urgência para o atendimento de situações comprovadamente imprevistas ou imprevisíveis em tempo hábil para se realizar a licitação;

XII - na contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de instrutoria vinculados às atividades finalísticas da ASSESPRO PE;

XIII - na contratação de serviços de manutenção em que seja pré-condição indispensável para a realização da proposta a desmontagem do equipamento;

XIV - na contratação de cursos abertos, destinados a treinamento e aperfeiçoamento dos empregados da ASSESPRO PE e os empregados dos associados da ASSESPRO PE;

XV - na venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsas;

XVI - para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades da ASSESPRO PE;

XVII - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, desde que atendida à ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

XVIII - para a participação da ASSESPRO PE em feiras, exposições, congressos, seminários e eventos em geral, relacionados com sua atividade-fim, ou condição institucional.

Art. 10. A licitação será inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



I - na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros diretamente de produtor ou fornecedor exclusivo;

II - na contratação de serviços com empresa ou profissional de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;

III - na contratação de profissional de qualquer setor artístico;

IV - na permuta ou dação em pagamento de bens, observada a avaliação atualizada;

V - na doação de bens.

Art. 11. As dispensas, salvo os casos previstos nos incisos I e II do art. 9º, ou as situações de inexigibilidade, serão circunstanciadamente justificadas pelo órgão responsável, inclusive quanto ao preço e ratificadas pela autoridade competente.

Parágrafo único. Nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade poderá ser exigida a comprovação de regularidade fiscal, que será obrigatória quando o valor da contratação for igual ou superior àqueles previstos nos incisos I, alínea "c", e II, alínea "c" do artigo 6º, deste Regulamento.

CAPÍTULO V

DA HABILITAÇÃO

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



Art. 12. Para a habilitação nas licitações poderá, observado o disposto no parágrafo único, ser exigida dos interessados, no todo ou em parte, conforme se estabelecer no instrumento convocatório, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica:

- a) cédula de identidade;
- b) prova de registro, no órgão competente, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
- d) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos na alínea "c" do inciso I deste art. 12.

II - qualificação técnica:

- a) registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- b) documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
- c) comprovação de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório;
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC
Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



III - qualificação econômico-financeira:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- c) garantia de proposta, nas mesmas modalidades e critérios previstos no art. 27 deste Regulamento, que para o licitante vencedor será devolvida quando da assinatura do contrato;
- d) capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo.

IV - regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação



Parágrafo único. A documentação a que se refere o inciso IV deverá ser exigida, exceto nos casos de concurso, leilão e concorrência para alienação de bens.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS, DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS RECURSOS

Art. 13. O procedimento da licitação será iniciado com a solicitação formal da contratação, na qual será definido o objeto, a estimativa de seu valor e os recursos para atender à despesa, com a consequente autorização e à qual serão juntados oportunamente todos os documentos pertinentes, a partir do instrumento convocatório, até o ato final de adjudicação.

§ 1º Na definição do objeto não será admitida a indicação de características e especificações exclusivas ou marcas, salvo se justificada e ratificada pela autoridade competente.

§ 2º O ato convocatório poderá ser impugnado, no todo ou em parte, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas. Não impugnado o ato convocatório precluirá este direito referente a toda a matéria nele constante.

§ 3º Na contratação de obras e serviços de engenharia, o objeto deverá ser especificado com base em projeto que contenha o conjunto de elementos necessários, suficientes e adequados para caracterizar a obra ou o serviço ou o complexo de obras ou serviços.

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

A S S E S P R O - P E . O R G . B R



Art. 14. O procedimento licitatório será afeto a uma comissão de licitação, observando-se na modalidade pregão o disposto nos artigos 18 a 21 e, nas demais modalidades, as seguintes fases:

I - abertura, em dia e hora previamente designados, dos envelopes que contenham a documentação relativa à habilitação dos licitantes, com devolução aos inabilitados, de suas propostas fechadas de maneira inviolável, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

II - abertura, em dia e hora previamente designados, dos envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados, verificando-se sua conformidade com os requisitos do edital, desclassificando-se aquelas que não os tenham atendido;

III - julgamento das propostas classificadas, com a escolha daquela mais vantajosa para a ASSESPRO PE, segundo os critérios estabelecidos no instrumento convocatório;

IV - encaminhamento das conclusões da comissão de licitação à autoridade a que competir a homologação do resultado do julgamento e adjudicação do objeto ao licitante vencedor;

V - comunicação do resultado conforme estabelecido no instrumento convocatório.

Art. 15. As decisões referentes à habilitação, aos julgamentos e aos recursos serão comunicadas diretamente aos licitantes e lavradas em ata, se presentes seus prepostos no ato em que for adotada a decisão, ou por publicação numa das formas previstas no § 1º do art. 5º, ou ainda por outro meio formal.

Parágrafo único. No pregão eletrônico os licitantes serão considerados comunicados das decisões a partir do momento em que vierem a ser disponibilizadas no sistema eletrônico.

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



Art. 16. Será facultado à comissão de licitação, desde que previsto no instrumento convocatório, inverter o procedimento, abrindo primeiramente as propostas, classificando os proponentes, e só então abrindo o envelope de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

Parágrafo único. Se o licitante classificado em primeiro lugar for inabilitado e, após julgados eventuais recursos interpostos, proceder-se-á a abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, obedecido o procedimento previsto neste artigo, para que o seguinte classificado que preencha as condições de habilitação seja declarado vencedor, nas condições de sua proposta.

Art. 17. Será facultado à comissão de licitação, desde que previsto no instrumento convocatório, inverter o procedimento na modalidade de pregão presencial, abrindo primeiramente o envelope de habilitação e após as propostas dos licitantes habilitados.

Art. 18. O Presidente da comissão de licitação é formalmente o pregoeiro, exceto se designado outro membro da comissão de licitação.

Art. 19. No julgamento do pregão será adotado, exclusivamente, o tipo menor preço, observadas as demais condições definidas no instrumento convocatório.

SEÇÃO I

DO PREGÃO PRESENCIAL

Art. 20. O julgamento do pregão presencial observará o seguinte procedimento:

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



I - abertura dos envelopes contendo as propostas de preço dos licitantes, dentro dos quais deverá constar a prova de sua representação ou instrumento de procuração que autorize seu preposto a participar do pregão, desclassificando-se aquelas que não atendam as demais condições definidas no instrumento convocatório;

II - classificação para a fase de lances verbais da proposta de menor preço e daquelas que não excedam a 10% (dez por cento) de seu valor;

III - quando não forem classificadas, no mínimo, três propostas na forma definida no inciso anterior, serão classificadas, sempre que atenda as demais condições definidas no instrumento convocatório, a de menor preço e as duas melhores propostas de preço subsequentes;

IV - a classificação de apenas duas propostas escritas de preço não inviabilizará a realização da fase de lances verbais;

V - as propostas que, em razão dos critérios definidos nos incisos II e III deste artigo, não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances verbais, também serão consideradas desclassificadas do certame;

VI - da desclassificação das propostas de preço somente caberá pedido de reconsideração à própria comissão de licitação, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferida;

VII - a comissão de licitação analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública;

VIII - da decisão da comissão de licitação relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso;

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

📄 Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



IX - realizada a classificação das propostas escritas pela comissão de licitação, terá início a fase de apresentação de lances verbais, observando-se:

a) o pregoeiro fará uma rodada de lances, convidando o autor da proposta escrita de maior preço classificada a fazer o seu lance e, em seguida, os demais classificados na ordem decrescente de preço;

b) havendo lance, o pregoeiro realizará uma nova rodada, começando pelo autor que, no momento, estiver com a proposta de maior preço, e, assim sucessivamente, até que, numa rodada completa, não haja mais lance e se obtenha, em definitivo, o menor preço;

c) somente serão considerados os lances inferiores ao último menor preço obtido;

d) o licitante que não apresentar lance numa rodada não ficará impedido de participar de nova rodada, caso ocorra;

e) não havendo lances verbais na primeira rodada, serão consideradas as propostas escritas de preço classificadas para esta fase.

X - o pregoeiro, após declarar encerrada a fase de lances verbais, ordenará os lances em ordem crescente de preço;

XI - a comissão de licitação, antes de declarar o vencedor, promoverá a abertura e a verificação da documentação relativa à habilitação do licitante que, na ordenação feita pelo pregoeiro, apresentou o menor preço, devolvendo os demais envelopes;

XII - sendo a hipótese de inabilitação ou de descumprimento de qualquer outra exigência estabelecida no instrumento convocatório caberá à comissão de licitação autorizar o pregoeiro a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



observado a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório;

XIII – declarado o licitante vencedor e adjudicado o objeto, a comissão de licitação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

SEÇÃO II

DO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 21. O julgamento do pregão eletrônico observará o seguinte procedimento:

I – credenciamento prévio dos licitantes junto ao provedor do sistema eletrônico indicado no instrumento convocatório;

II – acesso dos licitantes ao sistema eletrônico, mediante a utilização de chaves de identidade e de senhas individuais a serem fornecidas pelo provedor quando do credenciamento;

III – encaminhamento das propostas de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas pelo instrumento convocatório;

IV – o instrumento convocatório poderá estabelecer que somente seja classificada para a fase de lances a proposta de menor preço e as propostas que não excedam a 10% (dez por cento) do seu valor, aplicando-se os critérios previstos nos incisos II, III e V do art. 20;

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



V – a comissão de licitação analisará as propostas de preços encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido pelo instrumento convocatório, cabendo ao pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes;

VI – da decisão que desclassificar as propostas de preços somente caberá pedido de reconsideração à própria comissão de licitação, a ser apresentado exclusivamente por meio do sistema eletrônico, acompanhado da justificativa de suas razões, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a contar do momento em que vier a ser disponibilizada no sistema eletrônico;

VII – a comissão de licitação decidirá no mesmo prazo, salvo motivos que justifiquem a sua prorrogação, cabendo ao pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes;

VIII – da decisão da comissão de licitação relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso;

IX – iniciada a fase de lances, os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances sem restrições de quantidade ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior ao seu último lance ofertado;

X – todos os lances oferecidos serão registrados pelo sistema eletrônico, que estará sempre indicando o lance de menor valor para acompanhamento em tempo real pelos licitantes;

XI – na hipótese de haver lances iguais prevalecerá como de menor valor, o lance que tiver sido primeiramente registrado;

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação



XII – por iniciativa do pregoeiro, o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início prazo aleatório de até 30 (trinta) minutos para o encerramento da fase de lances, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances;

XIII – ordenados os lances em forma crescente de preço, o pregoeiro determinará ao autor do lance classificado em primeiro lugar, que encaminhe os documentos necessários à comprovação de sua habilitação, nos termos do art. 12 e nos prazos, condições e especificações estabelecidas pelo instrumento convocatório;

XIV – sendo a hipótese de inabilitação ou de descumprimento de exigências estabelecidas pelo instrumento convocatório, caberá à comissão de licitação autorizar o pregoeiro a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário observado a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório;

XV – declarado o licitante vencedor pela comissão de licitação, o pregoeiro consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, encaminhando-se o processo à autoridade competente para homologação e adjudicação.

SEÇÃO III

DOS RECURSOS

Art. 22. Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento das propostas caberão recursos fundamentados, dirigidos à autoridade competente indicada no instrumento convocatório, por intermédio da comissão de licitação, por escrito, no prazo de 02

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC
Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



(dois) dias úteis e, nas modalidades de pregão e convite, 01 (um) dia útil, pelo licitante que se julgar prejudicado.

§ 1º Na modalidade pregão só caberá recurso, se expressamente registrado e declarado na ata da decisão que declarar o licitante vencedor, salvo na hipótese de a inversão prevista no artigo 17 vir a ser adotada, quando também caberá recurso da decisão que inabilitar o licitante.

§ 2º No pregão eletrônico o recurso deverá ser apresentado em campo próprio do sistema eletrônico.

§ 3º O licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal, que correrá da comunicação da interposição do recurso, salvo no caso de pregão eletrônico, que começará a fluir, automaticamente, do fim do prazo recursal.

Art. 23. Os recursos serão julgados pela autoridade competente ou por quem esta delegar competência no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data final para sua interposição ou, quando for o caso, daquela prevista para a manifestação do § 3º do art. 22.

Parágrafo único. O provimento de recursos pela autoridade competente somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Art. 24. Os recursos terão efeito suspensivo.

CAPÍTULO VII

DOS CONTRATOS

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



Art. 25. O instrumento de contrato é obrigatório no caso de concorrência, salvo quando se tratar de bens para entrega imediata e facultativa nas demais modalidades de licitação, caso em que poderá ser substituído por outro documento, como proposta com aceite, carta contrato, autorização de fornecimento ou documento equivalente.

Parágrafo único. Nos casos de dispensas e inexigibilidades o documento que substituir o contrato a que se refere o caput deste artigo, deverá conter os requisitos mínimos do objeto e os direitos e obrigações básicas das partes.

Art. 26. Os contratos serão escritos, suas cláusulas indicarão necessariamente o seu objeto, com a especificação da obra, serviço ou fornecimento, conforme o caso, o preço ajustado, o prazo de execução, as garantias e penalidades, além de outras previamente estabelecidas no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Os contratos terão prazo determinado não podendo ultrapassar, inclusive com suas eventuais prorrogações, o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

Art. 27. A prestação de garantia, quando prevista no instrumento convocatório, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato, e à escolha do prestador, constará de:

I - caução em dinheiro;

II - fiança bancária;

III - seguro garantia.

Parágrafo único. Nos casos de obras e serviços de engenharia o instrumento convocatório poderá fixar o tipo de garantia dentre os elencados nos incisos deste artigo.

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



Art. 28. O contratado poderá subcontratar partes do objeto contratual, se admitido no instrumento convocatório e no respectivo contrato e desde que mantida sua responsabilidade perante o contratante, sendo vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

Art. 29. As alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes de necessidade de prorrogação, constarão de termos aditivos.

Art. 30. Os contratos poderão ser aditados nas hipóteses de complementação ou acréscimo que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial e de até 50% (cinquenta por cento), para reforma de edifício ou equipamento, ambos atualizados.

Art. 31. A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao licitante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:

I - perda do direito à contratação;

II - perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas no instrumento convocatório;

III - suspensão do direito de licitar ou contratar com a ASSESPRO PE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Art. 32. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao contratante o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



penalidades previstas no instrumento convocatório ou no contrato, inclusive a suspensão do direito de licitar ou contratar com o ASSESPRO PE por prazo não superior a 2 (dois) anos.

CAPÍTULO VIII

DO REGISTRO DE PREÇO

Art. 33. O registro de preço, sempre precedido de concorrência ou de pregão, poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I – quando for mais conveniente que a aquisição demande entrega ou fornecimento parcelado;

II – quando, pelas características do bem ou do serviço, houver necessidade de aquisições frequentes;

III – quando não for possível estabelecer, previamente, o quantitativo exato para o atendimento das necessidades.

Art. 34. A vigência do registro de preço, limitada há 12 meses, deverá estar prevista no instrumento convocatório, podendo ser prorrogada, no máximo, por igual período, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço se mantém vantajoso.

Art. 35. Homologado o procedimento licitatório, o licitante que ofertou o preço a ser registrado será convocado para assinar o respectivo instrumento, no qual deverá constar, dentre outras condições, o seu compromisso de entregar os bens ou fornecer

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC

Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR





o serviço na medida das necessidades que lhe forem apresentadas, observado o disposto no art. 25.

Art. 36. O registro de preço não importa em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.

Art. 37. Caso o licitante detentor do menor preço registrado não tenha condições de atender toda a demanda solicitada, a ASSESPRO PE poderá contratar com outra empresa constante na Ata, desde que respeitada a ordem de classificação.

Art. 38. O licitante deixará de ter o seu preço registrado quando:

- I – descumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado;
- II – não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado;
- III – quando, justificadamente, não for mais do interesse da ASSESPRO PE.

CAPÍTULO IX

DAS AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E ONERAÇÕES DE BENS IMÓVEIS.

Art. 39. As contratações para a aquisição, alienação, ou oneração de bens imóveis da ASSESPRO PE, inclusive as contratações de garantias reais ou fidejussórias, só poderão ocorrer após a prévia autorização do Conselho Fiscal da ASSESPRO PE .

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC
Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação





Art. 40. São cláusulas necessárias em todo contrato firmado pela ASSESPRO PE, as que estabeleçam:

- I - O objeto e seus elementos característicos;
- II - O regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - O preço e as condições de pagamento;
- IV - A vigência;
- V - O foro.

CAPÍTULO X

DA COTAÇÃO DE PREÇOS

Art. 41. Para todas as compras ou contratações até R\$ 500,00 (quinhentos reais) será dispensada a realização de cotação de preços, a critério da administração.

Art. 42. Para as compras ou contratações de R\$ 500,01 (quinhentos reais e um centavo) até R\$ 1.000,00 (um mil reais), não será necessária a comprovação escrita da cotação de preços, devendo apenas, ser elaborada uma planilha contendo as informações de, no mínimo, 03 (três) fornecedores.

Art. 43. Acima de R\$ 1.000,01 (um mil reais e um centavo), só serão aceitas as cotações escritas, que poderão ser enviadas por via postal, e-mail ou fax. Na última hipótese a

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 - Salas 06/07
Empresarial ITBC
Cep: 50030-200 - Bairro do Recife - Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação



proposta deve ser fotocopiada. As impressões de páginas da internet que contenham preços, também serão consideradas para comprovação da cotação.

Parágrafo único: A dispensa da cotação escrita de preços acima mencionada, só será permitida para os seguintes casos:

I - Compras emergenciais com autorização expressa da Secretaria Executiva no limite da sua alçada;

II - Quando apenas um fornecedor estiver apto a fornecer o material ou serviço. Nesta hipótese deverá haver a formalização da proposta.

Art. 44. Para a aquisição de bens e contratação de serviços com recursos de órgãos ou entidades da Administração Pública, deverá ser realizada no mínimo cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios constantes no artigo 2º deste regulamento.

Parágrafo único. Serão preferencialmente contratadas as empresas que tenham participado da cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, quando será exigida pesquisa ao mercado prévia à contratação, que será registrada nos processos internos e quando for o caso nos sites ou sistemas indicados pela administração pública e deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

Art. 45. Para cada processo de compra ou contratação, deve ser elaborado um mapa de cotação de preços, indicando os fornecedores pesquisados, as condições comerciais de cada um e a opção do comprador, indicando o motivo da escolha.

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC
Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

A S S E S P R O - P E . O R G . B R



CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. Os instrumentos convocatórios deverão assegurar à ASSESPRO PE o direito de cancelar a licitação, antes de assinado o contrato, desde que justificado.

Art. 46. Na contagem dos prazos estabelecidos no presente regulamento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Regulamento em dia de funcionamento da ASSESPRO PE.

Art. 47. As empresas poderão participar dos processos licitatórios constituídas na forma de consórcio, obedecidas às disposições legais sobre a matéria e desde que haja autorização expressa no edital.

Art. 48. Para a implantação de serviços próprios de suas finalidades institucionais, quando houver pluralidade de prestadores interessados. A ASSESPRO PE poderá proceder às contratações mediante a utilização do procedimento de cadastramento e credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, observados os princípios da publicidade e da igualdade, bem como prescrever o respectivo regulamento.

Art. 49. Os processos de compras e contratações devem ser mantidos organizados até a realização da prestação de contas, e no caso de recursos públicos encaminhados posteriormente ao órgão parceiro, permanecendo cópia de todo processo. A partir daí

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC
Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR



deve seguir para o arquivo central da ASSESPRO PE para posteriores averiguações, fiscalizações e auditorias internas ou externas.

Art. 50. As solicitações de compra e contratação de serviço deverão ser preenchidas e assinadas pelo responsável da área, e serão aprovadas:

I - Pela Diretoria Executiva - Sem limite valor.

II - Pela Secretaria Executiva - Para compras e contratações até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 51. As disposições deste Regulamento, inclusive no tocante a valores monetários, poderão ser modificadas pelo Diretor Presidente mediante proposta fundamentada apresentada pelos membros da comissão de licitação ou técnico contratado para tal avaliação de aplicabilidade e uso deste regulamento.

Art. 52. O presente Regulamento, aprovado pela Diretoria Executiva, entra em vigor nesta data, devendo, a cada renovação de mandato, ser atualizado em seus valores.

Recife/PE, 03 de janeiro de 2025.




VIRGINIA ADELIA CORDEIRO SGOTTI

VP DE QUALIDADE, PLANEJAMENTO E CONTROLE

☎ 55 (81) 3224-9954

✉ assespro@assespro-pe.org.br

📍 Rua Domingos José Martins, 75 – Salas 06/07
Empresarial ITBC
Cep: 50030-200 – Bairro do Recife – Recife/PE

ASSESPRO-PE.ORG.BR

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação

